

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 2.500 exemplares

Nº 1068

Governo Dilma mais uma vez barra PCS. E qual será a nossa resposta?

Reunião da Fenajufe aprova intensificação da Greve e atividade nacional no dia 9 de novembro para exigir a inclusão de recursos do PCS na LOA

O governo Dilma, em mais uma manobra, conseguiu impedir ontem, 26, a votação do PL 6613/09, o PCS, na Comissão de Finanças e Tributação [CFT] da Câmara dos Deputados, numa sessão bastante disputada, que teve inclusive a presença do líder do governo no Congresso Nacional, Cândido Vaccarezza [PT-SP].

O ano está quase no fim, a categoria vê o poder de compra ser corroído pela inflação mês a mês, e precisa se posicionar. O rumo é a Greve, e SC, protagonista nas lutas pelos PCSs, ainda não está na lista dos 15 estados que pararam as atividades. Vamos esperar até quando? Há indicações de que a ministra Ideli Salvatti [PT/SC], da Secretaria de Relações Institucionais, está articulando a oposição do governo ao PCS, e há uma semana a Coordenação do SINTRAJUSC tenta insistentemente marcar reunião com a ministra, mas é mais um diálogo difícil de se concretizar. Sabemos que a Greve é o último recurso quando o diálogo se esgota, e estamos dialogando há três anos! O caminho que nos resta é a Greve, porque as “mesas de negociação” nos enrolam há praticamente 36 meses!

Reunidos no dia 26, representantes dos estados que estão em Greve e Coordenadores da Fenajufe decidiram pelo fortalecimento e a ampliação da Greve por tempo indeterminado em todo o país. Como calendário de mobilização, foi aprovada atividade nacional em Brasília no dia 9 de novembro. O caráter da mobilização ainda será definido pela diretoria, que se reunirá na primeira semana de novembro. O foco central da manifestação será o governo, e também o STF e os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento. O objetivo central é pressionar os

três poderes a definir um acordo que seja capaz de garantir a votação do PCS na CFT.

“Não” antes mesmo da sessão

Devido à orientação do Executivo para que os deputados de sua bancada votassem contrários ao projeto, com o argumento de que não há previsão orçamentária do PCS na proposta da LOA de 2012, alguns membros da CFT admitiram a lideranças da Fenajufe e de sindicatos de base, antes mesmo de iniciar a sessão, que votariam pela rejeição da proposta.

O deputado Henrique Eduardo Alves [PTB-RN], líder do PMDB na Câmara, foi um dos parlamentares que reafirmou a posição do governo e informou que sua bancada encaminharia votação contrária ao projeto. Para ele, a melhor saída seria não votar o projeto ontem, para que ele não fosse rejeitado na sessão

A partir das avaliações de vários colegas, o mesmo entendimento teve o deputado João Dado [PDT-SP], que já havia dito a dirigentes sindicais que votaria a favor do reajuste dos servidores. Mas diante da possibilidade real de rejeição por maioria, uma vez que vários membros da CFT afirmaram a lideranças da Federação que votariam contra o reajuste, o deputado optou por apresentar o requerimento pedindo a retirada do projeto e impedindo que fosse rejeitado na sessão. Segundo Dado, no momento existe impedimento do ponto de vista técnico, uma vez que não há previsão orçamentária para o projeto no relatório preliminar da LOA de 2012.

Na avaliação dele, o melhor é articular as negociações para fechar um acordo que garanta a inclusão dos valores do PCS na LOA antes de sua votação na CFT.

"Essa Comissão é a madrasta da Casa, pois ela analisa o aspecto orçamentário das matérias. Por isso, precisamos manter o equilíbrio nas votações que acontecem aqui", disse o deputado, se referindo à posição que vem sendo apresentada pelo Executivo.

Durante a defesa do seu requerimento, o parlamentar paulista afirmou que, embora deputados da base aliada ao governo estivessem atuando para tentar resolver o problema do reajuste do salarial, muitos votariam de forma contrária ao projeto devido à falta de adequação orçamentária. "A situação é complexa, pois o relatório preliminar da LOA, apresentado pelo deputado Chináglia, não considerou o projeto dos servidores. Mas, por outro lado, temos várias emendas que tentam resolver essa situação. No entanto, se votarmos hoje (ontem), a Comissão pode praticar um ato que vai fulminar esse projeto", afirmou Dado, que se comprometeu a votar a favor das emendas apresentadas à Comissão Mista de Orçamento [CMO], que visam incluir a previsão orçamentária do PCS na LOA.

O requerimento que retirou o PL 6613/09 da pauta não definiu uma data para que o PCS seja pautado novamente na CFT, o que foi rebatido por alguns deputados, que defendiam a aprovação imediata do PL. Com isso, pela votação, o PCS deverá entrar na pauta de

pois que o impasse sobre a falta de previsão orçamentária na LOA for resolvido.

Sessão só em novembro

Um dos deputados que defenderam o fechamento de um acordo para que o PCS fosse pautado na sessão do dia 9 de novembro [primeira sessão depois da de ontem, uma vez que a próxima quarta será feriado], foi Pauderney Avelino [DEM-AM], que disse que não concordaria com a retirada da matéria sem a definição de um novo prazo. "Até podemos concordar com o requerimento de retirada da pauta, mas não podemos deixar que o prazo fique em aberto. Eu defendo que o PL volte à pauta no dia 9 de novembro, pois acredito que até lá já tenhamos uma solução fechada entre o Judiciário e o Executivo", defendeu Pauderney, que também informou ter apresentado uma emenda na CMO, propondo a implementação do PCS em seis parcelas, a partir de janeiro de 2012.

Ao final da sessão, o relator do PL 6613/09, o PCS, deputado Roberto Policarpo [PT-DF], explicou que ele também trabalhou para que fosse definida uma data para o projeto entrar na pauta novamente. O relator do PCS do Judiciário também apresentou uma emenda propondo o parcelamento em seis vezes, sendo quatro de 15% e as duas últimas de 20%.

Servidores em SC fazem mais um dia de paralisação

Servidores na Capital e em outros municípios do Estado fizeram, no dia 25, mais um atividade na luta pelo PCS, cujo prazo para aprovação está em contagem regressiva. Reunidos no TRT e depois na JF da Capital, os servidores falaram sobre a necessidade de mobilização da categoria não só em relação ao PCS, mas também contra projetos como o de congelamento salarial. Se aprovado, esse projeto ameaça deixar os servidores

anos a fio sem reajuste.

Em Mafra, os trabalhadores, que também pararam no dia 18, mais uma vez entraram na luta e vestiram branco. A paralisação pelo PCS foi alvo de cobertura nos jornais locais (veja no site). Os servidores de Rio do Sul aderiram à paralisação de ontem, com suspensão das atividades por duas horas, das 14 às 16 horas. Na semana passada, fizeram paralisação total.

"Unidade na Luta", chapa inscrita para concorrer às Eleições para o Sintrajusc

COORDENADORES GERAIS

Paulo Roberto Koinski-JF

Edson Ricardo Régis-JE

Sérgio Murilo de Souza-JT

COORDENADORES EXECUTIVOS

Coord. de Finanças e Patrimônio:

Ricardo Koneski-JT

Manoel Prazeres-JF

Coord. de Cultura, Promoção Social e Esporte:

Edmilson Souza Rosa-JF

Coord. de Comunicação e Imprensa:

Luciana Cechinel Bez Batti-JF

Coord. Jurídico:

Clovis Miguel Massignani-JT

Coord. de Formação Sindical:

Daniel Ferreira-JT

Coord. para Assuntos de Aposentadoria e Pensão:

Vilson Medeiros-JF

Coord. para Assuntos de Saúde do Servidor:

Claudia Bettoni-JT

COORDENADORES REGIONAIS

Região Norte:

Luiz Roberto Silveira-JF

Região Planalto:

Marco Antonio Madruga-JT

Região Oeste:

Geraldo Tirelli-JT

Região Sul:

Luiz Henrique Martins-JF

Região do Vale do Itajaí:

Pedro Antonio de Oliveira-JF